



Prefeitura Municipal de Viçosa

Praça do Rosário, 05 - Centro - CEP 36.570-000 - Viçosa - MG

Tel.: Geral: (31) 3891-3714 - Fax.: (31) 3891-7648

CNPJ: 18.132.449/0001-79

LEI Nº 2.125/2011

Dispõe sobre alterações nas tabelas salariais dos servidores da Prefeitura Municipal de Viçosa, constante na Lei nº 2.022/2010.

O Povo do Município de Viçosa, por seus representantes legais, aprovou e eu, em seu nome, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam reajustadas em 8% (oito por cento) todas as tabelas salariais dos servidores da Prefeitura Municipal de Viçosa, conforme as tabelas anexas desta Lei.

Parágrafo único. Os Anexos I, II, III, IV e V, discriminados no demonstrativo das tabelas previstas no *caput*, são partes integrantes desta Lei.

Art. 2º As disposições desta Lei não se aplicam aos subsídios mensais do Prefeito Municipal de Viçosa, Vice-Prefeito, Secretários Municipais, Procurador-Geral do Município, Controlador Interno, Diretor do IPLAM, Assessor Especial.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de abril de 2011, revogando-se as disposições em contrário.

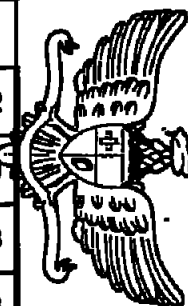
Viçosa, 06 de abril de 2011.


CELITO FRANCISCO SARI
Prefeito Municipal

(A presente Lei foi aprovada em reunião da Câmara Municipal, no dia 06/04/2011).



ANEXO I
TABELA SALARIAL 2011 - DEMAIS SECRETARIAS



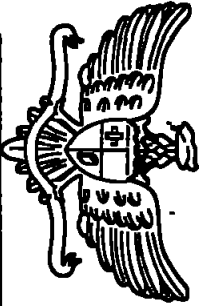
Prefeitura Municipal de Vigosa
Praça do Rosário, 05 - Centro - CEP 36.570-000 - Vigosa - MG
Tel.: Geral: (31) 3891-3714 - Fax.: (31) 3891-7648
CNPJ: 18.132.449/0001-79

	0-3	3 - 5	5 - 7	7 - 9	9 - 11	11 - 13	13 - 15	15 - 17	17 - 19	19 - 21
Grau Nível	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
I	R\$ 550,80	R\$ 562,68	R\$ 574,56	R\$ 586,44	R\$ 598,32	R\$ 610,20	R\$ 622,08	R\$ 633,96	R\$ 645,84	R\$ 657,72
II	R\$ 562,68	R\$ 574,56	R\$ 586,44	R\$ 598,32	R\$ 610,20	R\$ 622,08	R\$ 633,96	R\$ 645,84	R\$ 657,72	R\$ 669,60
III	R\$ 574,56	R\$ 586,44	R\$ 598,32	R\$ 610,20	R\$ 622,08	R\$ 633,96	R\$ 645,84	R\$ 657,72	R\$ 669,60	R\$ 681,48
IV	R\$ 586,44	R\$ 598,32	R\$ 610,20	R\$ 622,08	R\$ 633,96	R\$ 645,84	R\$ 657,72	R\$ 669,60	R\$ 681,48	R\$ 693,36
V	R\$ 598,32	R\$ 610,20	R\$ 622,08	R\$ 633,96	R\$ 645,84	R\$ 657,72	R\$ 669,60	R\$ 681,48	R\$ 693,36	R\$ 705,24
VI	R\$ 610,20	R\$ 622,08	R\$ 633,96	R\$ 645,84	R\$ 657,72	R\$ 669,60	R\$ 681,48	R\$ 693,36	R\$ 705,24	R\$ 717,12
VII	R\$ 622,08	R\$ 633,96	R\$ 645,84	R\$ 657,72	R\$ 669,60	R\$ 681,48	R\$ 693,36	R\$ 705,24	R\$ 717,12	R\$ 729,00

	21 - 23	23 - 25	25 - 27	27 - 29	29 - 31	31 - 33	33 - 35	35 - 37	37-39	39-41
Grau Nível	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T
I	R\$ 669,60	R\$ 681,48	R\$ 693,36	R\$ 705,24	R\$ 717,12	R\$ 729,00	R\$ 740,88	R\$ 752,76	R\$ 764,64	R\$ 776,52
II	R\$ 681,48	R\$ 693,36	R\$ 705,24	R\$ 717,12	R\$ 729,00	R\$ 740,88	R\$ 752,76	R\$ 764,64	R\$ 776,52	R\$ 788,40
III	R\$ 693,36	R\$ 705,24	R\$ 717,12	R\$ 729,00	R\$ 740,88	R\$ 752,76	R\$ 764,64	R\$ 776,52	R\$ 788,40	R\$ 800,28
IV	R\$ 705,24	R\$ 717,12	R\$ 729,00	R\$ 740,88	R\$ 752,76	R\$ 764,64	R\$ 776,52	R\$ 788,40	R\$ 800,28	R\$ 812,16
V	R\$ 717,12	R\$ 729,00	R\$ 740,88	R\$ 752,76	R\$ 764,64	R\$ 776,52	R\$ 788,40	R\$ 800,28	R\$ 812,16	R\$ 824,04
VI	R\$ 729,00	R\$ 740,88	R\$ 752,76	R\$ 764,64	R\$ 776,52	R\$ 788,40	R\$ 800,28	R\$ 812,16	R\$ 824,04	R\$ 835,92
VII	R\$ 740,88	R\$ 752,76	R\$ 764,64	R\$ 776,52	R\$ 788,40	R\$ 800,28	R\$ 812,16	R\$ 824,04	R\$ 835,92	R\$ 847,80

ANEXO II

TABELA SALARIAL 2011 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



Prefeitura Municipal de Viçosa
Praça do Rosário, 05 - Centro - CEP 36.570-000 - Viçosa - MG
Tel.: Geral: (31) 3891-3714 - Fax.: (31) 3891-7648
CNPJ: 18.132.449/0001-79

GRAU	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
I	R\$ 550,80	R\$ 578,34	R\$ 607,28	R\$ 637,62	R\$ 669,50	R\$ 702,98	R\$ 738,12	R\$ 775,03	R\$ 813,78	R\$ 854,47
II	R\$ 578,34	R\$ 607,28	R\$ 637,62	R\$ 669,50	R\$ 702,98	R\$ 738,12	R\$ 775,03	R\$ 813,78	R\$ 854,47	R\$ 897,20
III	R\$ 619,90	R\$ 650,89	R\$ 683,44	R\$ 717,61	R\$ 753,49	R\$ 791,16	R\$ 830,72	R\$ 872,26	R\$ 915,87	R\$ 961,67
IV	R\$ 660,14	R\$ 693,15	R\$ 727,80	R\$ 764,19	R\$ 802,40	R\$ 842,52	R\$ 884,65	R\$ 928,88	R\$ 975,33	R\$ 1.024,09
V	R\$ 1.368,60	R\$ 1.437,03	R\$ 1.508,88	R\$ 1.584,32	R\$ 1.663,54	R\$ 1.746,72	R\$ 1.834,05	R\$ 1.925,75	R\$ 2.022,04	R\$ 2.123,14
VI	R\$ 2.093,01	R\$ 2.197,66	R\$ 2.307,54	R\$ 2.422,92	R\$ 2.544,06	R\$ 2.671,27	R\$ 2.804,83	R\$ 2.945,07	R\$ 3.092,33	R\$ 3.246,94
VII	R\$ 2.746,90	R\$ 2.884,25	R\$ 3.028,46	R\$ 3.179,69	R\$ 3.336,88	R\$ 3.505,62	R\$ 3.681,11	R\$ 3.865,17	R\$ 4.058,43	R\$ 4.261,35
VIII	R\$ 3.220,24	R\$ 3.381,25	R\$ 3.550,31	R\$ 3.727,83	R\$ 3.914,22	R\$ 4.109,93	R\$ 4.315,42	R\$ 4.531,20	R\$ 4.757,76	R\$ 4.995,64
GRAU	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T
I	R\$ 897,19	R\$ 942,05	R\$ 989,15	R\$ 1.038,61	R\$ 1.090,54	R\$ 1.145,07	R\$ 1.202,32	R\$ 1.262,43	R\$ 1.325,56	R\$ 1.391,83
II	R\$ 942,05	R\$ 989,15	R\$ 1.038,61	R\$ 1.090,54	R\$ 1.145,07	R\$ 1.202,32	R\$ 1.262,44	R\$ 1.325,56	R\$ 1.391,84	R\$ 1.461,43
III	R\$ 1.009,75	R\$ 1.080,23	R\$ 1.113,24	R\$ 1.168,91	R\$ 1.227,35	R\$ 1.288,72	R\$ 1.353,16	R\$ 1.420,81	R\$ 1.491,85	R\$ 1.566,45
IV	R\$ 1.075,31	R\$ 1.129,08	R\$ 1.185,53	R\$ 1.244,81	R\$ 1.307,05	R\$ 1.372,40	R\$ 1.441,02	R\$ 1.513,07	R\$ 1.588,73	R\$ 1.668,16
V	R\$ 2.229,30	R\$ 2.340,77	R\$ 2.457,81	R\$ 2.580,70	R\$ 2.709,73	R\$ 2.845,22	R\$ 2.987,48	R\$ 3.136,85	R\$ 3.293,70	R\$ 3.458,38
VI	R\$ 3.409,29	R\$ 3.579,75	R\$ 3.758,74	R\$ 3.946,68	R\$ 4.144,01	R\$ 4.351,21	R\$ 4.568,77	R\$ 4.797,21	R\$ 5.037,07	R\$ 5.288,93
VII	R\$ 4.474,41	R\$ 4.698,13	R\$ 4.933,03	R\$ 5.179,69	R\$ 5.438,67	R\$ 5.710,60	R\$ 5.996,13	R\$ 6.295,94	R\$ 6.610,74	R\$ 6.941,27
VIII	R\$ 5.245,43	R\$ 5.507,70	R\$ 5.783,09	R\$ 6.072,24	R\$ 6.375,85	R\$ 6.694,65	R\$ 7.029,38	R\$ 7.380,85	R\$ 7.749,89	R\$ 8.137,38

ANEXO III
TABELA SALARIAL 2011 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Professor da Educação Básica

GRAU A	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Magistério	R\$ 801,02	R\$ 592,67	R\$ 834,16	R\$ 878,55	R\$ 728,05	R\$ 776,87	R\$ 831,25	R\$ 889,44	R\$ 951,70
GRAU B	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Licenc. Plena	R\$ 751,27	R\$ 740,84	R\$ 792,69	R\$ 848,18	R\$ 907,56	R\$ 971,08	R\$ 1.039,06	R\$ 1.111,79	R\$ 1.189,62
GRAU C	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Mestrado	R\$ 901,52	R\$ 889,00	R\$ 951,23	R\$ 1.017,82	R\$ 1.089,07	R\$ 1.165,30	R\$ 1.246,87	R\$ 1.334,15	R\$ 1.427,54
GRAU D	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Doutorado	R\$ 1.081,83	R\$ 1.066,80	R\$ 1.141,48	R\$ 1.221,38	R\$ 1.306,88	R\$ 1.398,38	R\$ 1.496,25	R\$ 1.600,98	R\$ 1.713,05

Supervisor - 25 horas

GRAU A	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Lincenc. Plena	R\$ 800,10	R\$ 788,98	R\$ 844,21	R\$ 903,31	R\$ 986,54	R\$ 1.034,20	R\$ 1.106,59	R\$ 1.184,05	R\$ 1.266,94
GRAU B	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Mestrado	R\$ 980,12	R\$ 946,78	R\$ 1.013,06	R\$ 1.083,97	R\$ 1.159,85	R\$ 1.241,04	R\$ 1.327,91	R\$ 1.420,86	R\$ 1.520,32
GRAU C	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Doutorado	R\$ 1.152,14	R\$ 1.136,14	R\$ 1.215,67	R\$ 1.300,76	R\$ 1.391,82	R\$ 1.489,24	R\$ 1.593,49	R\$ 1.705,04	R\$ 1.824,39

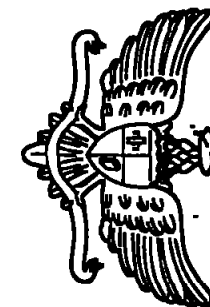
Supervisor - 40 horas

GRAU A	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Lincenc. Plena	R\$ 1.280,22	R\$ 1.262,44	R\$ 1.350,81	R\$ 1.445,37	R\$ 1.546,54	R\$ 1.654,80	R\$ 1.770,64	R\$ 1.894,58	R\$ 2.027,20
GRAU B	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Mestrado	R\$ 1.536,27	R\$ 1.514,93	R\$ 1.620,97	R\$ 1.734,44	R\$ 1.855,85	R\$ 1.985,76	R\$ 2.124,77	R\$ 2.273,50	R\$ 2.432,64
GRAU C	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Doutorado	R\$ 1.843,52	R\$ 1.817,91	R\$ 1.945,17	R\$ 2.081,33	R\$ 2.227,02	R\$ 2.382,91	R\$ 2.549,72	R\$ 2.728,20	R\$ 2.919,17

Diretor Escolar - Coordenador Escolar - Vice-diretor

Diretor A	PEB-A1 X 2,70	R\$ 1.622,75	Coord. Escolar A PEB-A1 X 1,74	R\$ 1.045,77
Diretor B	PEB-A1 X 3,10	R\$ 1.863,16	Coord. Escolar B PEB-A1 X 2,22	R\$ 1.334,26
Diretor C	PEB-A1 X 3,90	R\$ 2.343,98	Vice Diretor - 25 Horas*	
Diretor D	PEB-A1 X 4,70	R\$ 2.824,79	Vice Diretor - 40 Horas*	

* A retribuição pecuniária pelo exercício da função de vice diretor é aquela fixada pela lei nº 1.414, de 06 de dezembro de 2000.



Prefeitura Municipal de Viçosa
Praça do Rosário, 05 - Centro - CEP 36.570-000 - Viçosa - MG
Tel.: Geral: (31) 3891-3714 - Fax: (31) 3891-7648
CNPJ: 18.132.449/0001-79



Prefeitura Municipal de Viçosa

Praça do Rosário, 05 - Centro - CEP 36.570-000 - Viçosa - MG

Tel.: Geral: (31) 3891-3714 - Fax.: (31) 3891-7648

CNPJ: 18.132.449/0001-79

ANEXO IV

TABELA SALARIAL		CARGOS COMISSIONADOS		
CÓDIGO	CARGO	NIVEL	VALOR TETO	
CPC-01	Secretário de Governo	VI	R\$ 4.000,00	R\$ 4.000,00
CPC-02	Procurador Geral	VI	R\$ 4.000,00	R\$ 4.000,00
CPC-03	Secretário Municipal	VI	R\$ 4.000,00	R\$ 4.000,00
CPC-04	Diretor do IPLAM	VI	R\$ 4.000,00	R\$ 4.000,00
CPC-05	Controlador Interno	VI	R\$ 4.000,00	R\$ 4.000,00
CPC-06	Assessor Especial	VI	R\$ 4.000,00	R\$ 4.000,00
CPC-07	Procurador-Adjunto	V	R\$ 1.701,00	R\$ 1.701,00
CPC-08	Assessor de Gabinete	V	R\$ 1.701,00	R\$ 1.701,00
CPC-09	Assessor de Imprensa	V	R\$ 1.701,00	R\$ 1.701,00
CPC-10	Assessor de Planejamento	V	R\$ 1.701,00	R\$ 1.701,00
CPC-11	Auditor	V	R\$ 1.701,00	R\$ 1.701,00
CPC-12	Coordenador do Fundo de Saúde	V	R\$ 1.701,00	R\$ 1.701,00
CPC-13	Assistente Judiciário	V	R\$ 1.701,00	R\$ 1.701,00
CPC-14	Chefe de Departamento	V	R\$ 1.701,00	R\$ 1.701,00
CPC-15	Coordenador Pedagógico	V	R\$ 1.701,00	R\$ 1.701,00
CPC-16	Diretor do PROCON	V	R\$ 1.701,00	R\$ 1.701,00
CPC-17	Coordenador Tecnológico	IV	R\$ 908,11	R\$ 908,11
CPC-18	Secretário do Gabinete	III	R\$ 808,52	R\$ 808,52
CPC-19	Coordenador do Serviço de Saúde	III	R\$ 808,52	R\$ 808,52
CPC-20	Coordenador Administrativo	III	R\$ 808,52	R\$ 808,52
CPC-21	Coordenador Desportivo	III	R\$ 808,52	R\$ 808,52
CPC-22	Coordenador de Marcenaria	III	R\$ 808,52	R\$ 808,52
CPC-23	Motorista de Gabinete	II	R\$ 655,18	R\$ 655,18
CPC-24	Secretário Executivo	II	R\$ 655,18	R\$ 655,18
CPC-25	Encarregado de Serviços de Gabinete	I	R\$ 550,80	R\$ 550,80
CPC-26	Encarregado de Serviços Gerais	I	R\$ 550,80	R\$ 550,80
CPC-27	Encarregado de Serviços Gerais	I	R\$ 550,80	R\$ 550,80

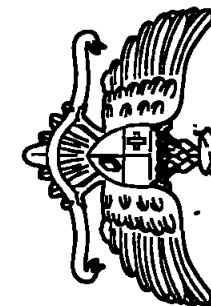
ANEXO V

Programa de Especialidades Odontológicas - CEO			
Descrição do cargo	Remuneração mensal	Carga horária semanal	Nº de servidores
Dentista para atendimento na área de Endodontia	R\$ 1.448,64	20 horas	3
Dentista para atendimento na área de Periodontia	R\$ 1.448,64	20 horas	2
Dentista para atendimento na área de Cirurgia	R\$ 1.448,64	20 horas	2
Dentista para atendimento na área de Odontopediatria	R\$ 1.448,64	40 horas	1
Auxiliar de Consultório Dentário	R\$ 550,80	40 horas	4
Técnico de prótese dentária	R\$ 628,70	40 horas	1

Obs.: Serão realizados procedimentos à portadores de necessidades especiais e não é necessário que os dentistas sejam especialistas das áreas especificadas.

Centro de referência da Assistência Social – CRAS/PAIF			
Descrição do cargo	Remuneração mensal	Carga horária semanal	Nº de servidores
Coordenador de projetos sociais	R\$ 1.048,12	20 horas	3
Psicólogo	R\$ 1.229,63	20 horas	2
Assistente social	R\$ 1.229,63	20 horas	2
Estagiário de cursos superiores em diversas áreas	R\$ 272,50	20 horas	1

Programa Bolsa Família			
Descrição do cargo	Remuneração mensal	Carga horária semanal	Nº de servidores
Coordenador de projetos sociais	R\$ 1.048,12	20 horas	3
Psicólogo	R\$ 1.229,63	20 horas	2



Prefeitura Municipal de Viçosa
Praça do Rosário, 05 - Centro - CEP 36.570-000 - Viçosa - MG
Tel.: Geral: (31) 3891-3714 - Fax.: (31) 3891-7648
CNPJ: 18.132.449/0001-79

1



Prefeitura Municipal de Viçosa

Praça do Rosário, 05 - Centro - CEP 36.570-000 - Viçosa - MG

Tel.: Geral: (31) 3891-3714 - Fax.: (31) 3891-7648

CNPJ: 18.132.449/0001-79

LEI Nº 2.126/2011

Dispõe sobre a criação do Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e dá outras providências.

O Povo do Município de Viçosa, por seus representantes legais, aprovou e eu, em seu nome, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS

Art. 1º Fica criado o Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – FMDRS, que será gerido e administrado na forma desta lei.

Art. 2º O Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural tem por objetivo a captação, o repasse e aplicação de recursos destinados ao desenvolvimento rural sustentável do município, com a finalidade de proporcionar apoio e suporte financeiro às ações municipais nas áreas de responsabilidade da Secretaria Municipal de Agricultura, conforme disposto na Lei nº 2.046/2010, de 15 de julho de 2010.

Parágrafo único. As ações de que trata o caput deste artigo referem-se prioritariamente aos programas contidos no Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – PMDRS, aprovado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS; bem como aos programas e projetos da Secretaria Municipal de Agricultura aprovados ou sob a gestão do CMDRS.

CAPÍTULO II DA OPERACIONALIZAÇÃO DO FUNDO

Art. 3º O Fundo ficará subordinado diretamente ao Executivo Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Agricultura, e será administrado segundo o Plano de Aplicação, que definirá as diretrizes para a aplicação dos recursos e que será elaborado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS, criado pela Lei Municipal nº 2.081/2010, de 18 de novembro de 2010.

Art. 4º São atribuições do Executivo Municipal:

I – coordenar a execução dos recursos do Fundo, de acordo com o Plano de Aplicação, previsto no Parágrafo único, do artigo 2º;

II – definir e implementar a proposta anual de recursos para o Fundo, de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, do município;

III – preparar a demonstração mensal da receita e da despesa executada e torná-la pública;



Prefeitura Municipal de Viçosa

Praça do Rosário, 05 - Centro - CEP 36.570-000 - Viçosa - MG

Tel.: Geral: (31) 3891-3714 - Fax.: (31) 3891-7648

CNPJ: 18.132.449/0001-79

IV – emitir cheques e ordens de pagamentos juntamente com o Presidente do CMDRS;

V – tomar conhecimento e dar quitações às obrigações definidas em convênio e/ou contratos firmados pela Prefeitura e que digam respeito ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável;

VI – manter os controles necessários à execução das receitas e das despesas do FMDRS;

VII – elaborar:

a) mensalmente, demonstração da receita e despesas;

b) anualmente, inventário dos bens móveis e imóveis e balanço geral do FMDRS;

VIII – firmar e manter o controle dos contratos e convênios com instituições governamentais e não governamentais;

IX – demonstrar situações econômico-financeira do FMDRS, apresentando análise e avaliação;

XI – elaborar e publicar, junto com o CMDRS, relatórios semestrais e anuais, contendo o movimento financeiro e as aplicações dos mesmos, para conhecimento da população;

XII – ordenar empenhos e pagamentos das despesas do FMDRS.

Art. 5º São atribuições do CMDRS:

I – elaborar anualmente o Plano de Aplicação dos Recursos do FMDRS;

II – deliberar sobre propostas de captação de recursos para o FMDRS;

III – aprovar as diretrizes, normas e parâmetros para a administração do FMDRS;

IV – elaborar formas de ressarcimento, prazos e carências, dos recursos do FMDRS;

V – responsabilizar-se pela cobrança e recebimento dos recursos advindos de prestação de serviços, referentes à execução dos programas do PMDRS, e que virão compor os recursos do FMDRS;

VI – acompanhar, controlar e fiscalizar a aplicação dos recursos do FMDRS;

V – elaborar o Regimento Interno do FMDRS.

Art. 6º São receitas do FMDR:

I – dotação consignada anualmente no Orçamento Municipal à Secretaria Municipal de Agricultura para atividades relacionadas ao Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - PMDRS;

II – doações de pessoas físicas e jurídicas, auxílios, contribuições, transferências de entidades nacionais, internacionais, governamentais e não-governamentais destinadas especificamente a ações vinculadas ao PMDRS;



Prefeitura Municipal de Viçosa

Praça do Rosário, 05 - Centro - CEP 36.570-000 - Viçosa - MG

Tel.: Geral: (31) 3891-3714 - Fax.: (31) 3891-7648

CNPJ: 18.132.449/0001-79

III – produto de aplicações financeiras dos recursos disponíveis do FMDRS, respeitada a legislação em vigor e da verba de materiais, publicações e eventos;

IV – recursos oriundos da prestação de serviços, tais como as contrapartidas do Programa Municipal de Mecanização Agrícola, disposto na Lei nº 1.808/2007, e outras previstas no PMDRS;

V – recursos advindos de convênios, acordos e contratos firmados entre o município e instituições privadas ou públicas, nacionais ou internacionais, federais, estaduais ou municipais, para repasse a entidades executoras de programas integrados no PMDRS.

Parágrafo único. As receitas descritas neste Artigo serão recolhidas obrigatoriamente em conta específica a ser aberta e mantida em agência bancária do Município, sob a denominação "Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável".

Art. 7º Constituem ativos do FMDRS:

I – disponibilidade monetária em bancos, oriundas das receitas especificadas no artigo anterior;

II – direitos que por ventura vier a constituir;

III – bens móveis e imóveis, destinados à execução dos programas e projetos do PMDRS;

Parágrafo único. Anualmente processar-se-á o inventário dos bens e direitos vinculados ao FMDRS, que pertença à Prefeitura Municipal.

Art. 8º A contabilidade do Fundo Municipal tem por objetivo evidenciar a situação financeira e patrimonial do próprio FMDRS, observados os padrões e normas estabelecidas na Legislação pertinente..

Art. 9º - A contabilidade será organizada de forma a permitir o exercício das funções de controle prévio, concomitante e subsequente, inclusive de apurar custos e serviços, bem como, interpretar e analisar os resultados obtidos.

CAPÍTULO III DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 10. A despesa do FMDR constituir-se-á:

I – do financiamento total ou parcial dos programas constantes no PMDRS;

II – do atendimento de despesas, de caráter urgente e inadiável, observado o Parágrafo único do artigo 2º;

III – aquisição de material permanente e de consumo, bem como, insumos necessários ao desenvolvimento dos programas previstos no Plano Municipal de Desenvolvimento Rural.



Prefeitura Municipal de Viçosa

Praça do Rosário, 05 - Centro - CEP 36.570-000 - Viçosa - MG

Tel.: Geral: (31) 3891-3714 - Fax.: (31) 3891-7648

CNPJ: 18.132.449/0001-79

IV - construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para adequação de rede física de prestação de serviços relativos ao Desenvolvimento Rural Sustentável do Município;

V - desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações para o Desenvolvimento Rural do Município;

VI - desenvolvimento do Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento de recursos humanos, que possibilitem o Desenvolvimento do Município.

Art. 11. A execução orçamentária da receita processar-se-á por meio da obtenção do seu produto nas fontes determinadas nesta lei e será depositada e movimentada por meio da rede bancária oficial.

Art. 12. Para esta execução utilizar-se-á, inicialmente, as seguintes dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de Agricultura:

20 601 0031 1.044: Manutenção de Estradas Vicinais

20 606 0031 1.045: Construção de Fossas Sépticas Na Zona Rural

20 606 0031 1.046: Realização da Exposição Agropecuária

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 13. Será beneficiário do FMDRS o agricultor familiar, que pratica atividades no meio rural do Município, e que atende, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior que quatro módulos fiscais ou no máximo seis módulos fiscais, quando se tratar de pecuarista familiar;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar originada, predominantemente de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família;

V - resida no próprio estabelecimento ou em suas proximidades.

Parágrafo único. São também beneficiários do FMDRS:

I - agricultores familiares na condição de posseiros, arrendatários, parceiros ou assentados da Reforma Agrária;

II - indígenas e remanescentes de quilombos;

III - pescadores artesanais que se dediquem à pesca artesanal, com fins comerciais, explorem a atividade como autônomos, com meios de produção próprios ou em parceria com outros pescadores artesanais;

IV - extrativistas que se dediquem à exploração extrativista ecologicamente sustentável;



Prefeitura Municipal de Viçosa

Praça do Rosário, 05 - Centro - CEP 36.570-000 - Viçosa - MG

Tel.: Geral: (31) 3891-3714 - Fax.: (31) 3891-7648

CNPJ: 18.132.449/0001-79

V - silvicultores que cultivam florestas nativas ou exóticas, com manejo sustentável;

VI - aquicultores que se dediquem ao cultivo de organismos cujo meio normal ou mais frequente de vida seja a água.

Art. 14. O Fundo terá vigência indeterminada.

Art. 15. A movimentação dos recursos financeiros e a prestação de contas do Fundo pelo Poder Executivo Municipal obedecerão as disposições estabelecidas pela legislação Federal, Estadual e Municipal pertinentes e às instruções da Unidade Financeira do Município.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 1.583/2004.

Viçosa, 07 de abril de 2011.


Celito Francisco Sari
Prefeito Municipal

(A presente Lei foi aprovada em reunião da Câmara Municipal no dia 05/04/2011)

Assinaturas

